

A malícia e a inépcia: Vargas, Bolsonaro e os autogolpes no Brasil

Aginaldo Valentin, Wagner Pralon Mancuso¹

*O homem quem será
Será Seu Manduca ou será seu Vavá?
Entre esses dois meu coração balança porque
Na hora agá quem vai ficar é seu Gegê*

Em 1936, Silvio Caldas gravava a marchinha “A menina presidência”, cuja letra destacava dois possíveis candidatos à eleição de 1937, Armando Salles de Oliveira (Seu Manduca) e Osvaldo Aranha (seu Vavá). De forma premonitória, entretanto, o famoso autor vaticinava o resultado que se concretizaria, não através da prevista eleição, mas pelo golpe que instauraria o Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Conforme destacava o Artigo 52 da Constituição de 1934, “O período presidencial durará um quadriênio, não podendo o Presidente da República ser reeleito senão quatro anos depois de cessada a sua função, qualquer que tenha sido a duração desta”, vedando a possibilidade de reeleição ao então presidente eleito indiretamente, Getúlio Vargas, o seu Gegê. Em defesa do autor dos versos, o verbo “ficar” não define a forma como tal manutenção se daria.

Neste breve artigo tecemos algumas considerações sobre o contexto de aceitação da ruptura da ordem democrática sem praticamente nenhuma contestação por parte da sociedade brasileira, exceto por aqueles vinculados ao grupo oposicionista que patrocinavam a candidatura de Salles de Oliveira, principalmente paulistas e gaúchos, estes vinculados ao governador Flores da Cunha. Nosso objetivo é contrapor o referido cenário de

¹ Professores do Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

aceitação com a conjuntura de 2022, na qual não prosperaram as ameaças de ruptura emanadas do atual presidente da república e de seus correligionários. Nossa hipótese considera o ambiente institucional e econômico como variáveis que regulam o grau de tolerância social à suspensão do estado democrático.

Após a violenta depressão causada pela crise de 1929, a economia brasileira manifestou sinais de forte recuperação a partir de 1934, coincidindo com a chamada fase constitucional do primeiro período de Getúlio Vargas na presidência da República. As atividades voltadas para o mercado interno ganharam relevância, tanto no âmbito da produção agrária como no setor industrial. Os dados coligidos por Annibal Villela indicam que a produção de culturas para o mercado interno cresceu 3,3% ao ano entre 1930 e 1939 contra 2,2% entre as culturas destinadas à exportação. Já a indústria de transformação conheceu uma expansão anual de 11,3% ao ano, com alguns setores atingindo a expressiva marca de 20% ao ano (VILLELA, 2000, p. 109 e 132). Outro indicador de destaque são as finanças federais, que desde 1935 apresentavam crescimento sistemático - 37% na receita e 44% na despesa executada entre 1935 e 1937, ambas a preços correntes (o Índice de Custo de Vida no Rio de Janeiro no mesmo período aumentou 20%).

Ainda que não existam dados disponíveis sobre o mercado de trabalho, parece razoável considerar que, principalmente nos grandes centros urbanos, os indicadores acima destacados sinalizem uma dinâmica cíclica nas taxas de ocupação. Um primeiro sinal da boa fase está no incremento da migração interna e na expansão populacional das cidades, respondendo tanto à limitação à entrada de imigrantes estrangeiros patrocinada pelo Governo Provisório de Vargas como à expansão da demanda dos setores industriais. Da perspectiva do consumo, na Capital

Federal, o consumo per capita de carne verde, depois de atingir o menor valor da década em 1931 (39,0 kg), tem valores crescentes até 48,1 kg em 1936 (IBGE, 1986, p. 95), Outro indicador interessante é o número total de estudantes matriculados em qualquer nível escolar, que aumentou 48% entre 1931 e 1937, passando de 2,18 milhões para 3,25 milhões, concentrados principalmente no ensino primário, além um aumento relativo de mesma magnitude no número total de docentes (IBGE, 1986, p. 103). Por fim, o número de teatros, cine-teatros e cinemas passou de 1.262 em 1933 para 1.572 em 1937, um crescimento de quase 25%. (IBGE, 1986, p. 114).

Além da recuperação econômica, o governo de Getúlio Vargas também dispunha dos meios político-institucionais para permanecer no poder (Fausto, 1999). Em primeiro lugar, deve-se apontar o processo constante de fortalecimento financeiro e militar do governo central vis-à-vis os governos estaduais, deflagrado a partir da Revolução de 1930, minando possíveis focos de resistência ao plano do presidente de permanecer no poder.

Em segundo lugar, é preciso considerar o apoio crescente obtido por Getúlio Vargas junto às massas populares urbanas, em decorrência de uma série de medidas trabalhistas e previdenciárias que foram instituídas pelo governo, tais como a formação do Ministério do Trabalho, a criação das Juntas de Conciliação e Julgamento – precursoras da Justiça do Trabalho –, a regulação do trabalho da mulher e do menor, a definição da jornada diária de trabalho de 8 horas, o direito a férias, a instituição de um conjunto de Institutos de Aposentaria e Pensão como o dos Marítimos (1932), dos Bancários (1934), dos Comerciários (1934) e dos Industriários (1936). Claramente, todas essas medidas foram acompanhadas, de um lado, por forte repressão da organização autônoma dos trabalhadores, tanto no plano sindical quanto

partidário, e, de outro lado, pelo reforço da máquina de autopropaganda do governo, que chegará ao ápice durante o Estado Novo.

Em terceiro lugar, deve-se mencionar o contexto nacional e internacional de desconfiança em relação ao combo "capitalismo + democracia liberal" a partir da crise de 1929, que favoreceu o surgimento ou o reforço de experiências nacionalistas e autoritárias não apenas no Brasil varguista, mas também em outros países do mundo, como a Alemanha hitlerista. Todavia, o autoritarismo varguista voltou-se não apenas contra as tradicionais oligarquias políticas locais que dominavam a "democracia" da República Velha, mas também, e principalmente, contra a esquerda, com o propósito de afastar a propalada ameaça comunista. Neste contexto se insere a aprovação da Lei de Segurança Nacional de 1935, que fortalecia o governo central para enfrentar movimentos considerados subversivos da ordem política e social. Também nesse contexto se insere a escalada persecutória que seguiu a reação do governo diante da Intentona Comunista de 1935, poucos meses após a edição da LSN. Por fim, ainda no mesmo contexto surge a reação governamental à *fake news* do Plano Cohen, que daria conta de um suposto complô comunista de tomada de poder no Brasil, levando o governo Vargas à suspensão dos direitos democráticos em nome da segurança nacional. Sabe-se, porém, que o suposto plano foi criação de um oficial das forças armadas para uma publicação integralista, sendo, no entanto, distorcido e utilizado como estopim para o autogolpe de 1937. Este oficial era o então capitão Olímpio Mourão Filho, que também foi peça central para outro atentado à democracia brasileira, o golpe militar de 1964, quando já na condição de general mobilizou tropas do exército da 4ª. Região,

localizadas em Minas Gerais, na direção do Rio de Janeiro e de Brasília, precipitando a derrubada do governo de João Goulart.

Portanto, tanto no plano econômico como no institucional, verificamos que a posição de Vargas era relativamente confortável: a prosperidade registrada após 1934 estabeleceu uma aceitação do líder nos espaços urbanos - principais beneficiados desse processo -, e também estavam postas as condições necessárias para se impor, favorecido por um clima político propício, interno e externo.

Mais recentemente, as reiteradas manifestações do presidente Bolsonaro indicaram que ele tinha a pretensão de se manter no poder por meio de um autogolpe, caso a via eleitoral não viabilizasse sua vitória. No entanto, as condições econômicas e institucionais, ao contrário de 1937, se revelaram desfavoráveis para as duas vias sugeridas, conforme analisaremos. O período atual foi marcado pela crise econômica dos anos 2015 e 2016 e pelo agravamento do lento processo de recuperação decorrente da crise sanitária imposta pela COVID-19 e pela guerra da Ucrânia, acumulando três anos de valores fortemente negativos (2015, 2016 e 2020), secundados por recuperações tímidas, mesmo no último ano, considerando todos os estímulos governamentais em resposta à crise sanitária. Segundo dados do Banco Mundial, o PIB per capita brasileiro recuou da faixa de US\$ 8.800 em 2015 para US\$ 7.518 em 2021. A taxa de desocupação mensal, segundo o IBGE, após saltar de 6,9% em julho de 2014 para 12,0% em novembro de 2016, se manteve acima dos 10% no período subsequente até atingir o valor máximo de 14,9% no período da pandemia. Ressalte-se que ao longo de 2022 este indicador apresentou uma queda, atingindo 8,3% no trimestre até outubro, último dado disponível. No entanto, o rendimento médio pouco se modificou, passando de R\$ 2.722,00 em

novembro de 2016 para R\$ 2.754,00 na última aferição de outubro de 2022.

Em relação aos recursos federais, ainda que a estrutura de arrecadação não guarde comparação direta entre os dois períodos aqui considerados, a receita realizada entre 2015 e 2021 passou de R\$ 2,4 trilhões para R\$ 3,6 trilhões, representando um aumento de 48.1%, enquanto o IPCA acumulado correspondeu a 50,7%.

Além da situação econômica desfavorável, Bolsonaro também encontrou barreiras político-institucionais à sua pretensão de continuar no comando do governo federal, seja por meio de eleições, seja por meio de autogolpe, ameaça constantemente feita de forma mais ou menos explícita em diversas declarações públicas.

Em interessante texto recente, o cientista político Kurt Weyland (2022) menciona três vulnerabilidades típicas das lideranças populistas autoritárias, que muitas vezes as impedem de obter êxito na destruição da democracia. Tais fraquezas são: (i) erros e más condutas decorrentes do excesso de autoconfiança; (ii) dificuldade de obter apoio político, resultando em contra-ataques do establishment; e (iii) impacto de freios e contrapesos institucionais ou de restrições externas. Aparentemente, todos os três problemas ajudam a explicar o insucesso de Bolsonaro.

Em primeiro lugar, os graves equívocos cometidos pelo presidente durante a pandemia, bem retratados em Valentin et al. (2022) e, sobretudo, no relatório final da CPI da COVID no Senado Federal, provavelmente foram responsáveis por uma perda importante de apoio eleitoral no pleito deste ano, em comparação com o de 2018, ajudando na derrota para Lula em outubro. De fato, em vez de cercar-se de apoio técnico qualificado, de envidar esforços para reduzir a taxa de contaminação

dos brasileiros por COVID-19 e, sobretudo, de apressar a chegada das vacinas ao braço da população, Bolsonaro fez exatamente o contrário, cercando-se de auxiliares de qualificação questionável no Ministério da Saúde, defendendo remédios de ineficácia comprovada, como cloroquina e demais componentes do malfadado "kit COVID", fazendo declarações públicas constantes contra as vacinas e atrasando deliberadamente sua compra.

Em segundo lugar, Bolsonaro conduziu um "presidencialismo do desleixo" (Limongi, 2019), mostrando-se incapaz de elaborar uma agenda consistente de propostas para o país e de montar uma coalizão sólida de apoio a essas propostas no Congresso Nacional. Seus esforços foram mais orientados a obter apoio suficiente junto ao Centrão, inclusive pela via do orçamento secreto, para obter um seguro político contra as dezenas de pedidos de impeachment que foram recebidas pelos presidentes da Câmara dos Deputados que atuaram ao longo de seu mandato – Rodrigo Maia e Arthur Lira –, mas que não tiveram nenhuma continuidade. Se Bolsonaro conseguiu o apoio de partidos importantes do Centrão para sua campanha à reeleição (PL, PP e Republicanos no primeiro turno, e PSC e PTB no segundo turno), Lula deu à sua candidatura o caráter de "frente ampla", montando uma chapa com 10 partidos no primeiro turno (PT, PV e PCdoB, PSOL, Rede, PSB, Solidariedade, Pros, Avante e Agir) e obtendo o apoio de mais 6 agremiações no segundo turno (Cidadania, PCB, PCO, PDT, PSTU e UP), além de alcançar declarações de apoio de lideranças relevantes do MDB, PSD, PSDB e até mesmo do Novo (como o surpreendente caso de João Amoêdo, que acabou tendo a filiação suspensa pelo partido que ajudou a criar).

Em terceiro lugar, instituições judiciais como o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral, este último sob a liderança forte e obstinada do ministro Alexandre de Moraes, procuraram coibir, com sucesso limitado, a disseminação de *fake news* durante a eleição e, de forma mais exitosa, os reiterados ataques do próprio presidente, bem como de seus aliados mais próximos, tanto no mundo político quanto no mundo empresarial, à urna eletrônica e ao sistema de apuração e totalização dos votos. O rápido reconhecimento da vitória de Lula pelos líderes de diversos países, entre eles grandes potências como EUA, França e Alemanha, também ajudou a minar a esperança de Bolsonaro de questionar com eficácia o resultado das urnas.

A adversidade econômica e a reação política e institucional ao comportamento antirrepublicano do presidente Bolsonaro ao longo de seu mandato pavimentaram o fracasso de sua intenção de permanecer no poder pela via autoritária caso a via eleitoral desse errado, como de fato ocorreu. De resto, a magnitude absolutamente distinta entre Vargas e Bolsonaro marca de forma eloquente a distinção das trajetórias aqui delineadas. A habilidade política de Vargas garantiu o retorno ao poder pela via institucional em 1950, após o retiro em São Borja durante o governo Dutra. A canção que embalou sua volta, composta por Haroldo Lobo e Marino Pinto - e imortalizada por Francisco Alves - se encaixa como luva para o candidato que bloqueou as tentativas de autogolpe de Bolsonaro:

*Bota o retrato do velho outra vez
Bota no mesmo lugar
O sorriso do velhinho faz a gente trabalhar.*

Referências bibliográficas

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1999.

IBGE. Séries estatísticas retrospectivas. V. 1, Repertório Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.

LIMONGI, Fernando. "Presidencialismo do desleixo". Revista Piauí, Edição 158, 2019.

VALENTIN, Agnaldo et al. Políticas públicas e Covid-19: a experiência brasileira. São Paulo: Edições EACH, 2022. <https://doi.org/10.11606/9786588503225>.

VILLELA, Annibal Villanova. Escritos selecionados de Annibal Villela. Brasília: IPEA, 2000.

WEYLAND, Kurt. How populism dies: political weaknesses of personalistic plebiscitarian leadership. Political Science Quarterly, V. 137, N. 1, p. 9-42, 2022. <https://doi.org/10.1002/polq.13277>.